



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2011	31/12/2010	(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.153	181	Fornecedores	11	1.570	11
Impostos e contribuições sociais	5	3.647		Impostos e contribuições sociais	5	104	14
Outros créditos	8	367	10	Obrigações estimadas com pessoal		13	
				Provisões	14	15.300	
				Outras contas a pagar	8	18	
						17.005	25
		6.167	191	Não circulante			
				Impostos e contribuições sociais diferidos	6	3.566	
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	12	55.038	
Imposto de renda				Partes relacionadas	7	5.605	
e contribuição social diferidos	6	3.566		Adiantamento para futuro aumento de capital	13	29.000	11.380
		3.566		Provisões	14	7.325	
Imobilizado	9	100.783	12.645			100.534	11.380
Intangível	10	39.047		Patrimônio líquido			
				Capital social	15.1	32.976	1.822
		139.830	12.645	Lucros (prejuízos) acumulados		(952)	(391)
						32.024	1.431
Total do ativo		149.563	12.836	Total do passivo e patrimônio líquido		149.563	12.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	1.822	(273)	1.549
Prejuízo do exercício		(118)	(118)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.822	(391)	1.431
Aumento de capital - AGE 18/03/2011	14.668		14.668
Aumento de capital - AGE 09/08/2011	7.211		7.211
Aumento de capital - AGE 01/09/2011	1.704		1.704
Aumento de capital - AGE 19/09/2011	7.571		7.571
Prejuízo do exercício		(561)	(561)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	32.976	(952)	32.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Companhia ECE Participações S.A. (Companhia ou ECE), é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da Companhia Energética do Jari - CEJA, Companhia do Grupo EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo - SP, que tem por objeto social o propósito específico de direta ou indiretamente, implantar e explorar o potencial

hidráulico da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari e comercializar a energia elétrica nela gerada e ainda exercer outras ações que possam no todo ou em parte ser vinculada ao seu propósito específico.

2. Concessões

A Companhia possui a seguinte autorização de geração em operação, junto à ANEEL:

Usina Hidrelétrica	Estado	Cidade	Rio	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWm)	Concessão	
						Início	Término
Santo Antonio do Jari	PA/AP	Laranjal do Jari	Jari	373,4	196,1	21/12/1987	31/12/2044

3.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Imobilizado (Nota 9)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 367/2009) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Resolução CFC nº 1.359 de 16 de setembro de 2011, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

c) Intangível (Nota 10)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos no desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - outros. Os seguintes critérios são aplicados:

• Direitos de concessão - outros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e avaliados anualmente para fins de imparidade.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis de intangíveis associados a direito de concessão não superam os prazos residuais dos contratos de concessão. O início da amortização será quando a usina entrar em operação.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2011	2010
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo de operação	16		
Pessoal		(134)	
Materiais e serviços de terceiros		(330)	
Outros custos de operação		(68)	
		(532)	
Lucro bruto		(532)	
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			(76)
			(76)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(532)	(76)
Resultado das participações societárias			
Despesas financeiras		(29)	(42)
Resultado financeiro	17	(29)	(42)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(561)	(118)
Prejuízo do exercício		(561)	(118)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(561)	(118)
Ajuste para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		338
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		26
	(197)	(118)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(3.647)	
Outros ativos operacionais	(356)	(6)
	(4.003)	(6)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	1.559	11
Outros tributos e contribuições sociais	90	
Obrigações estimadas com pessoal	13	
Outros passivos operacionais	18	
	1.680	11

Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais

(2.520) (113)

Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais

(2.520) (113)

Fluxo de caixa das atividades de investimento

(26.919)

Adições ao Imobilizado e Intangível (77.668) (4.204)

Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento

(104.587) (4.204)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Partes relacionadas 5.605

Adiantamento para futuro aumento de capital 29.000 4.237

Aumento (redução) de capital 19.774

Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures 54.700

Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento

109.079 4.237

(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa

1.972 (80)

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 2.153 181

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 181 261

1.972 (80)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2011	2010
Geração do valor adicionado		
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(392)	(76)
Materiais	(23)	
Serviços de terceiros	(307)	
Outros custos operacionais	(62)	(76)
Valor adicionado bruto	(392)	(76)
Valor adicionado líquido produzido	(392)	(76)
Valor adicionado total a distribuir	(392)	(76)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	84	
Benefícios	14	
FGTS	7	
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	27	
Estaduais	3	
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	29	42
Aluguéis	5	
	169	42
Prejuízo	(561)	(118)
	(392)	(76)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R4).

d) Licenças ambientais (Notas 9 e 14)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é constituída uma provisão e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

e) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g) Fornecedores (Nota 11)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

h) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas (Nota 12)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

i) Contraprestação contingente (Nota 14)

Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos são atualizados pela taxa de juros efetiva.

j) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias que estão reconhecidos no resultado.

l) Instrumentos financeiros (Nota 18)

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, Caixas e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

m) Capital social (Nota 15)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis, por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

n) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Mensuração de instrumentos financeiros, recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos a licenças ambientais e contraprestação contingente.

o) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5 e 6)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei 11.941/09).

p) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/08 e alterações posteriores, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

3.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações

correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis à Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	2.153	181
Total	2.153	181

Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Ativo - Compensáveis		
ISS	3.647	
Total	3.647	-
Passivo - a recolher		
ICMS sobre diferencial de alíquota	1	
ISS	1	
PIS, COFINS e CS - Sobre serviços prestados por terceiros	42	
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	30	
Outros	30	14
Total	104	14

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

6.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

Natureza dos créditos	Não circulante			
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias - RTT				
Licenças ambientais - CPC 25	10.490	2.622	944	3.566
Total diferenças temporárias - RTT		2.622	944	3.566
Total ativos/Passivos diferidos		2.622	944	3.566

6.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo

Natureza dos créditos	Não circulante			
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias - RTT				
Licenças ambientais - CPC 25	10.490	2.622	944	3.566
Total diferenças temporárias - RTT		2.622	944	3.566
Total ativos/Passivos diferidos		2.622	944	3.566

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem das transações apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Passivo		Receitas (Despesas) no exercício 2011
				31/12/2011	31/12/2010	
Partes relacionadas						
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	CEJA	15/12/2011		3.747		(3.747)
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	Energest	15/12/2011		1.858		(1.858)
				5.605		(5.605)
				5.605		(5.605)

Objeto do contrato	Contraparte	31/12/2011		31/12/2010	
		Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico
Imobilizado em curso					
Geração			100.783		12.645
Total do imobilizado em curso			100.783		12.645
Total imobilizado			100.783		12.645

7.1 Controladora direta e controladora final

A controladora direta da companhia é a Companhia Energética do Jari - CEJA e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A.

7.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais-chaves da Administração.

9. Imobilizado

	31/12/2011		31/12/2010	
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico
Imobilizado em curso				
Geração		100.783		12.645
Total do imobilizado em curso		100.783		12.645
Total imobilizado		100.783		12.645

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	31/12/2010		31/12/2011	
	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Juros capitalizados	Partes relacionadas
Imobilizado em curso	12.645	77.981	1.462	5.605
Total do imobilizado	12.645	77.981	1.462	5.605

9.1 Ingressos

Os ingressos no imobilizado referem-se a construção da UHE Santo Antônio do Jari.

9.2 Partes relacionadas

Conforme mencionado na nota 7, o saldo apresentado na coluna de Partes Relacionadas refere-se ao Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos entre a Companhia e sua controladora no valor de R\$3.747 e a coligada Energest no valor de R\$1.858.

10. Intangível

	31/12/2011	
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico
Intangível em serviço		
Geração		
Direito de concessão - Outros		39.028
		39.028
Total do Intangível em Serviço		39.028
Intangível em curso		
Geração		19
Total do Intangível em Curso		19
Total do intangível		39.047

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	31/12/2010		31/12/2011	
	Valor líquido em Ingressos	Aquisição de concessão	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2011
Intangível em serviço				
Direito de concessão - Outros		39.028		39.028
Intangível em curso	3.109		(3.090)	19
Total do intangível	3.109	39.028	(3.090)	39.047

10.1 Direito de Concessão - Outros

Em 20 de dezembro de 2011, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.292, anuiu a transferência da participação de 10% da Jari Energética S.A. na concessão da UHE Jari, para a Companhia.

Em 23 de dezembro de 2011, data da transferência, foram reconhecidos R\$26.919, referente ao percentual de 10%, e R\$12.109 referente a contraprestação contingente, vide nota 14.2. Os valores na data da transferência encontravam-se atualizados de acordo com as cláusulas contratuais, sendo 50% da variação da taxa DI e 50% da variação da IPCA.

11. Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Materiais e serviços	1.570	11
Total	1.570	11

12. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	31/12/2011	
	Custo da dívida	Encargos Não circulante
Cédula de Crédito Bancário	109% do CDI	338
		54.700
		338
		54.700

Banco do Brasil

Cédulas de Crédito Bancário - Banco do Brasil - Linha de crédito contratada pela Companhia em 26 de outubro de 2011 no valor de R\$360.000, destinado como empréstimo ponte para Implementação do Projeto de Construção da UHE Jari, à taxa de 109% do CDI, com vencimento em 13 de outubro de 2013. Os desembolsos ocorrerão conforme necessidade. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$55.038.

12.2 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

Vencimento	Tipo de moeda	
	Nacional	Total
Não circulante		
2013	55.038	55.038
Total	55.038	55.038

A mutação dos empréstimos e financiamentos do exercício é a seguinte:

	31/12/2010		31/12/2011	
	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2011
Empréstimos e Financiamentos		54.700	338	55.038
		54.700	338	55.038

13. Adiantamento para futuro aumento de capital

	Passivo	
	Não circulante	31/12/2011
Companhia Energética do Jari - CEJA Participa Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.		11.335
ECE Comercializadora de Energia Ltda.		45
Total	29.000	11.380

Em 18 de outubro de 2011 a ECE recebeu um Adiantamento para futuro aumento de capital da CEJA no valor de R\$1.000, e em 23 de dezembro de 2011 foi efetuado outro AFAC no montante de R\$28.000.

14. Provisões

	31/12/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Licenças ambientais	3.165	7.325		
Contraprestação contingente	12.135			
Total	15.300	7.325		

14.1 Licenças ambientais

O montante de R\$10.490 em 31 de dezembro de 2011, refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Jari, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

14.2 Contraprestação contingente

Como parte do contrato de compra da UHE Jari, em dezembro foi efetuada a transferência dos 10% restantes da concessão, que pertenciam à Jari Energética. Foi acordada uma contraprestação contingente com a Jari Energética S.A. (ex-proprietária) e os pagamentos adicionais pela transferência da concessão serão feitos da seguinte forma:

- a) R\$3.222, mediante a publicação do ato confirmatório da celebração do segundo e ou demais aditivos ao Contrato de Concessão, o que por último ocorrer, contemplando, cumulativamente, o qual deverá incluir, mas sem limitação, em um ou mais aditivos, a prorrogação do Contrato de Concessão para 2044, a homologação de potência da UHE Jari para 373,40 MW, a definição do novo cronograma físico de implantação do empreendimento, alteração do traçado da linha de transmissão de uso exclusivo;
- b) R\$5.222, assumindo-se a estimativa de incremento de 23, 25 MWm de energia assegurada, totalizando 219,35 MWm na UHE Jari;
- c) R\$2.111 mediante a aprovação junto a todas as Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materiais, bem como os importados sem similar nacional (DIFAL), objeto do

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

convênio ICMS nº 53, de 6 de julho de 2001; e d) R\$889 mediante a homologação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes.

Em 23 de dezembro de 2011 o valor da contraprestação contingente foi estimado em R\$12.109, o reconhecimento desses custos ocorreu contra a rubrica de Intangível - Direito de Concessão - Outros. O saldo é corrigido pelo percentual correspondente à soma de 50% da variação da Taxa DI e 50% da variação do IPCA, ambos calculados *pro rata temporis* no período entre a data-base (1º de junho de 2011) e data do efetivo pagamento. As atualizações monetárias até 23 de dezembro de 2011, foram registradas no intangível e após esta data a contabilização foi contra a despesa financeira no montante de R\$26.

15. Patrimônio líquido**15.1 Capital social**

O capital social é de R\$32.976 em 31 de dezembro de 2011 e está representado por 18.545.208 ações ordinárias e 18.545.208 ações preferenciais, sem valor nominal, sendo que estão integralizadas nesta data 15.248.758 ações ordinárias e 17.726.788 ações preferenciais, integralmente detidas pela Companhia Energética do Jari S.A. - CEJA. O capital social era de R\$1.822 em 31 de dezembro de 2010 e estava representado por 1.822.417 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente detidas por pessoas físicas e jurídicas residentes no país.

16. Gastos operacionais

	2011		2010	
	Custo do serviço De operação	Total	Total	Total
Gerenciáveis				
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	134	134		
Material	23	23		
Serviços de terceiros	307	307		
Aluguéis e arrendamentos	5	5		
Outras	63	63	76	
Total	532	532	76	

17. Resultado financeiro

	2011	2010
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas		(42)
Variações monetárias moeda nacional	(26)	
Outras despesas financeiras	(3)	
Total	(29)	(42)

18. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

18.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

18.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBOvespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.153	181	2.153	181
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.570	11	1.570	11
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	55.969		55.038	
Partes relacionadas	5.605		5.605	
Total	63.144	11	62.213	11

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da instituição financeira.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBOvespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de transferências de ativos entre a Companhia e a Energest e a CEJA, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

Ativos financeiros	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor justo por meio do resultado	Total	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2.153	2.153	181	181
Total	2.153	2.153	181	181
Passivos financeiros	31/12/2011		31/12/2010	
	Outros ao custo amortizado	Total amortizado	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores	1.570	1.570	11	11
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	55.038	55.038	-	-
Partes relacionadas	5.605	5.605	-	-
Total	62.213	62.213	11	11

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

Ativos financeiros	Mensuração do valor justo	
	31/12/2011	Mercados idênticos Nível 1
Caixa e equivalentes de caixa	2.153	2.153
Total	2.153	2.153

18.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 12, possuem como contraparte o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado ao CDI.

Como risco de mercado associado a taxas de juros, atribui-se ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos instrumentos avaliados aproxima-se do seu valor contábil.

18.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 12.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 12. Até 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O ativo financeiro mais expressivo da Companhia é demonstrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4). A posição em 31 de dezembro de 2011 em Caixa temos um montante disponível imediatamente e Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

18.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

19. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2011
Usinas	731.323
Responsabilidade civil	50.000

20. Compromissos contratuais e Garantias**20.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos representados por passivos de curto e por dívidas financeiras de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2011			
	Nota	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazo inclui juros vincendos	12	55.038		55.038
Contraprestação Contingente	14	114.089	114.089	
Licenças ambientais	14	10.490	3.165	7.325
Total		179.617	117.254	62.363

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

20.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2011	
	Valor	Valor
Aval de acionista	55.038	55.038

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

21. Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2011 foram de R\$3.022, sendo este montante capitalizado no exercício, relativos à gestão e proteção do meio ambiente.

22. Eventos Subsequentes**Contraprestação Contingente**

Em 26 de janeiro de 2012, foram realizados os pagamentos da contraprestação contingente (Nota 14.2) no montante de R\$4.379, referente a prorrogação do contrato de concessão e ao aumento da potência da usina e a homologação do REIDI.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu
Presidente

Luiz Otávio Assis Henriques
Conselheiro

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otávio Assis Henriques
Diretor
Presidente

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

Luis Carlos Gouveia Pereira
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de
Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade
Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8